



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe

Estudo de Viabilidade do IFS

nos Municípios do Médio Sertão Sergipano - 2015



NAEC/PRODIN



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe

Estudo de Viabilidade do IFS

nos Municípios do Médio Sertão Sergipano - 2015



NAEC/PRODIN

2015. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS
Núcleo de Análises Econômicas – NAEC

Autor

Rodrigo Melo Gois

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G616e Gois, Rodrigo Melo
Estudo de viabilidade do IFS nos municípios do Médio Sertão
Sergipano - 2015 [recurso eletrônico] / Rodrigo Melo Gois; Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. – Aracaju: IFS,
2015.
50 p. : il. (Série NAEC/PRODIN)

Formato: e-book
ISBN 978-85-68801-75-8

1. Economia - análise. 2. Aspecto econômico. 3. Sergipe. 4. Médio
Sertão Sergipano. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe. II. Título.

CDU: 331

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Célia Aparecida Santos de Araújo
CRB 5/1030

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor,
não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Sergipe.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS
Núcleo de Análises Econômicas – NAEC

Av. Jorge Amado, 1551 - Bairro Jardins - Aracaju - SE - CEP 49025-330

APRESENTAÇÃO

Em 12 de março de 2013, foi formalmente criado, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), o Núcleo de Análises Econômicas (NAEC), setor vinculado à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN). O NAEC tem a função primordial de desenvolver estudos econômicos, especialmente no âmbito do Estado de Sergipe, os quais, aliados às análises das informações internas ao IFS, resultem em informações técnicas balizadoras das decisões de expansão deste Instituto.

Nesse contexto, mais especificamente no que diz respeito ao processo de expansão, ampliação, interiorização e consolidação da rede de Institutos Federais, propomos um Estudo de Viabilidade que aponte, dentro de um determinado território, quais os municípios que apresentam maior potencial para sediar um *campus* do Instituto, impactando efetivamente a realidade de toda a região.

Com o intuito de contribuir para a disseminação dessas informações ao público externo, o Estudo de Viabilidade está disponível para livre acesso no *site* do IFS, através do endereço < www.ifs.edu.br/naec >.

Importante enfatizar que as opiniões emitidas nesta publicação são de inteira e exclusiva responsabilidade do autor, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	6
2	METODOLOGIA	8
3	CARACTERIZAÇÃO DO MÉDIO SERTÃO SERGIPANO.....	12
4	ASPECTOS ECONÔMICOS	20
4.1	Produto.....	20
4.1.1	Produto Interno Bruto (PIB)	20
4.1.2	Variação Real Anual do Produto Interno Bruto (PIB).....	21
4.2	Produto Interno Bruto <i>per Capita</i> (PIB <i>per Capita</i>).....	22
4.3	Arranjos Produtivos Locais (APL).....	22
4.3.1	Confecção de Peças do Vestuário e de Roupas Íntimas.....	23
4.3.2	Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios	24
4.4	Finanças Públicas	24
4.5	Empreendedorismo.....	26
5	ASPECTOS SOCIAIS.....	29
5.1	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	29
5.2	População Total	30
5.3	População Jovem.....	30
5.4	Índice de Gini	31
5.5	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Saúde (IFDM – Saúde).....	32
6	ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	34
6.1	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Educação (IFDM – Educação)	34
6.2	Matrículas do Ensino Fundamental.....	35
6.3	Matrículas do Ensino Médio	35
7	MERCADO DE TRABALHO	37
7.1	Vínculos Ativos	38
7.2	Geração de Empregos	38
7.3	Salário Médio	39
7.4	Número de Estabelecimentos	40
8	INDICADORES DAS VARIÁVEIS.....	41

9	RESULTADO GERAL	44
10	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

Transformar grandes massas de mão de obra marginalmente produtivas em uma força de trabalho moderna, educada e produtiva é, não só premissa para o alcance do desenvolvimento econômico, mas também o seu principal objetivo (MINCER, 1975).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, enxerga a educação como forma de alcançar o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). É exatamente nessa perspectiva que foram criados, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Contudo, ao decidir pela escolha de um *campus* em um município, o IFS perde a oportunidade de se estabelecer em outra localidade. É sob essa ótica que foram selecionadas variáveis que identificam, de forma objetiva, o potencial – em um determinado território – comparado de cada município, tornando possível a ordenação quanto à sua capacidade de sediar o IFS.

Estabelecer esses critérios não é tarefa fácil, tendo em vista a complexidade e a amplitude de possibilidades de se aferir as condições de cada município. É nesse contexto que este estudo apresenta um modelo que compreende variáveis relacionadas aos aspectos econômicos, sociais, educacionais e ao mercado de trabalho. Assim, estão inclusas variáveis que não se reduzem apenas à capacidade de geração de renda do município (aqui abrangidas as cadeias produtivas e as vocações produtivas locais), mas que envolvem também a forma como essa renda é distribuída entre os munícipes, a qualidade de vida e o bem-estar da população.

Como todo modelo econômico, este também tem suas limitações. A história econômica nos mostra que diversos modelos, no decorrer do tempo, foram modificados a partir de colaborações de diversos outros autores. É nesse mesmo diapasão que o NAEC vislumbra, para próximos estudos, progressos para este modelo original.

2 METODOLOGIA

O modelo original deste Estudo de Viabilidade leva em consideração 19 variáveis relacionadas aos aspectos econômicos, sociais, educacionais e ao mercado de trabalho.

Os resultados são obtidos por meio de uma ordenação comparativo-padronizada entre municípios integrantes de um mesmo território sergipano. Quanto à ponderação, foram utilizados pesos distintos para a extensão dos critérios que significam maior relação com o potencial do município com a demanda dos cursos profissionalizantes e superiores e a capacidade de desenvolver o território em que o município está inserido.

É certo que há substitutibilidade ou redundância entre algumas variáveis. Mas na verdade, cada critério foi utilizado como "fim" em si mesmo, independentemente de ser ou não redundante.

É importante destacar que o resultado do conjunto das variáveis possibilita uma avaliação que se desprende do caráter quantitativo dos dados, representando também uma avaliação qualitativa do desempenho desses municípios.

Segue o mapa das variáveis do modelo:

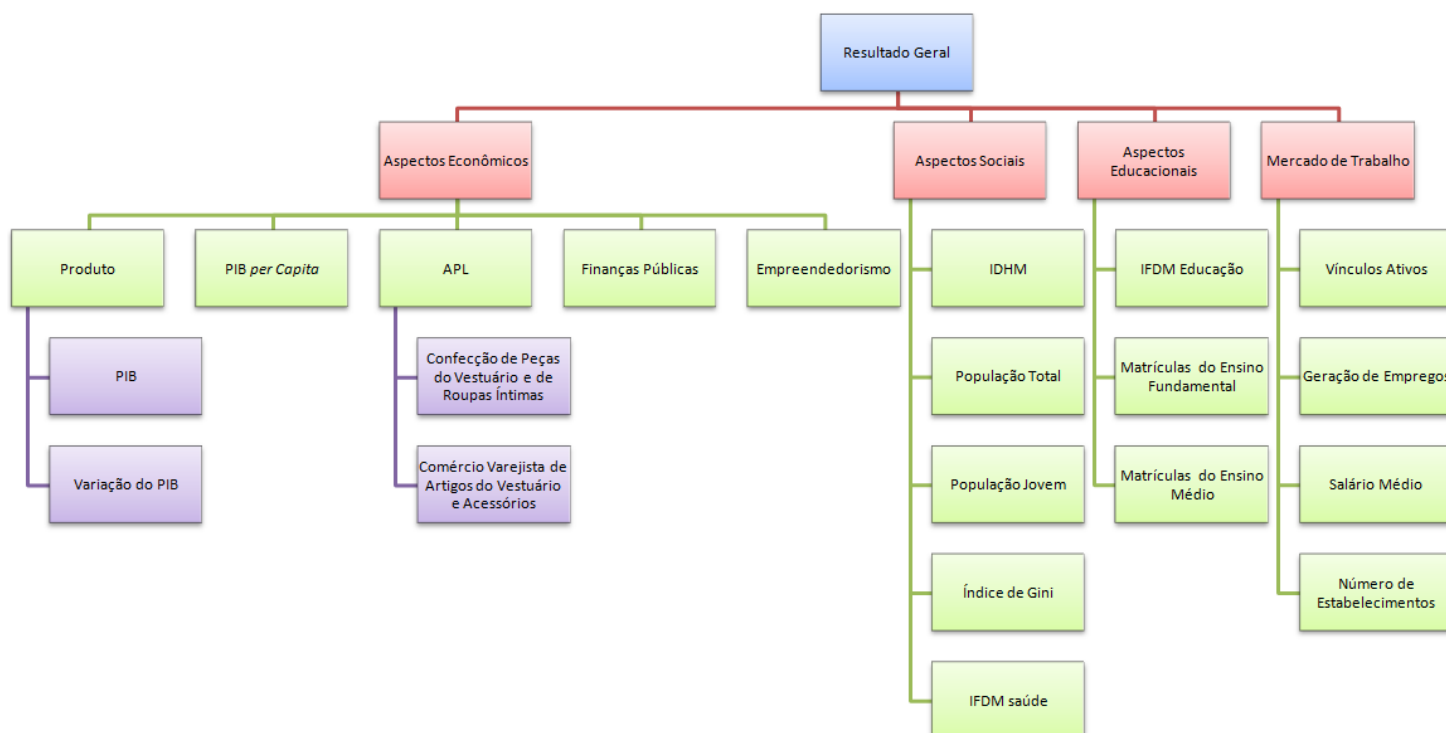


Figura 1: Mapa das Variáveis

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC

Os dados das variáveis que entrarão para o cálculo serão aqueles constantes das tabelas 1 a 19. Em cada uma dessas variáveis será aplicada a seguinte equação:

$$RV = \left[\left(\frac{\frac{\alpha f}{\alpha m} - \alpha d}{\alpha x - \alpha d} \right) * 3 \right] + 7 \quad (1)$$

Onde:

- RV = Resultado da variável
- αf = variável final
- αm = variável final máxima dos municípios
- αd = média da razão entre variável final sobre variável final máxima dos municípios
- αx = valor máximo da razão entre variável final sobre variável final máxima dos municípios

Realizada essa etapa, o resultado geral é obtido pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Aspectos Econômicos (3)} + \text{Aspectos Sociais (1)} + \text{Aspectos Educacionais (2)} + \text{Mercado de Trabalho (4)}}{10} \quad (2)$$

Nota: nas equações (2) a (8), o peso está entre parênteses. O que está em **negrito** corresponde ao resultado da variável (RV).

O resultado dos aspectos econômicos é obtido pela seguinte equação:

$$\frac{\text{PIB (4)} + \text{PIB per Capita (2)} + \text{APL (2)} + \text{Finanças Públicas (1)} + \text{Empreendedorismo (1)}}{10} \quad (3)$$

Para tanto, o resultado do PIB é obtido pela seguinte equação:

$$\frac{\text{PIB nominal (7)} + \text{Variação do PIB (3)}}{10} \quad (4)$$

O resultado do APL é obtido da seguinte forma:

$$\frac{\text{Confecção de peças do vestuário e de roupas íntimas (5)} + \text{Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (5)}}{10} \quad (5)$$

O resultado dos aspectos sociais é obtido pela seguinte equação:

$$\frac{\text{IDH – M (4)} + \text{População Total (2)} + \text{População Jovem (2)} + \text{Índice de Gini (1)} + \text{IFDM Saúde (1)}}{10} \quad (6)$$

A ressalva para o índice de Gini é que os dados da tabela 13 serão submetidos ao seguinte tratamento: $(\text{índice} - 1) * -1$. Tal procedimento foi

realizado pois o Gini – ao contrário das outras variáveis deste estudo – quanto menor, melhor.

O resultado dos aspectos educacionais é obtido pela seguinte equação:

$$\frac{\text{IFDM Educação (3)} + \text{Matrículas do Ensino Fundamental (4)} + \text{Matrículas do Ensino Médio (3)}}{10} \quad (7)$$

O resultado do mercado de trabalho é obtido pela seguinte equação:

$$\frac{\text{Vínculos Ativos (4)} + \text{Geração de Empregos (2)} + \text{Salário Médio (1)} + \text{Número de Estabelecimentos (3)}}{10} \quad (8)$$

3 CARACTERIZAÇÃO DO MÉDIO SERTÃO SERGIPANO

O Médio Sertão Sergipano localiza-se no meio-norte de Sergipe, sendo formado por seis municípios: Aquidabã, Cumbe, Feira Nova, Gracho Cardoso, Itabi e Nossa Senhora das Dores. Em termos de área, é o segundo menor território sergipano, representando apenas 7,22% da superfície territorial do estado.

Este território concentra 3,11% da população sergipana, sendo considerado o menos populoso de Sergipe. Em termos de densidade demográfica, possui aproximadamente 40,68 hab/km², que o torna o segundo território menos povoado do estado. Dos 64.390 habitantes, 38.797 vivem em área rural, o que corresponde a 39,75% do total.

Predomina no relevo desse território, os pediplanos. Localiza-se na faixa de transição climática entre o Agreste e o Sertão, que, apesar de algumas variações, há predominância do clima semi-árido. A cobertura vegetal é formada por espécies características da Caatinga na parte mais elevada do território e no noroeste; enquanto que no sudeste, no limite com o Leste Sergipano, há a presença de Mata Atlântica e do Cerrado. Três bacias hidrográficas estão presentes: São Francisco, ao norte; Japaratuba, ao leste; e Sergipe, ao centro-sul. É importante destacar a presença de açudes na região, que são importantes para a piscicultura e para o abastecimento do gado (SERGIPE, 2008).



Figura 2: Açude em Nossa Senhora das Dores

Fonte: sergio.abe (<http://www.panoramio.com/user/4483858>)

O Médio Sertão apresenta baixos indicadores sociais, sobretudo pela baixa escolaridade e pela baixa renda da população.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Médio Sertão, segundo dados do IBGE para 2012, representa apenas 1,84% de todo o produto sergipano, sendo considerado o menor do estado.

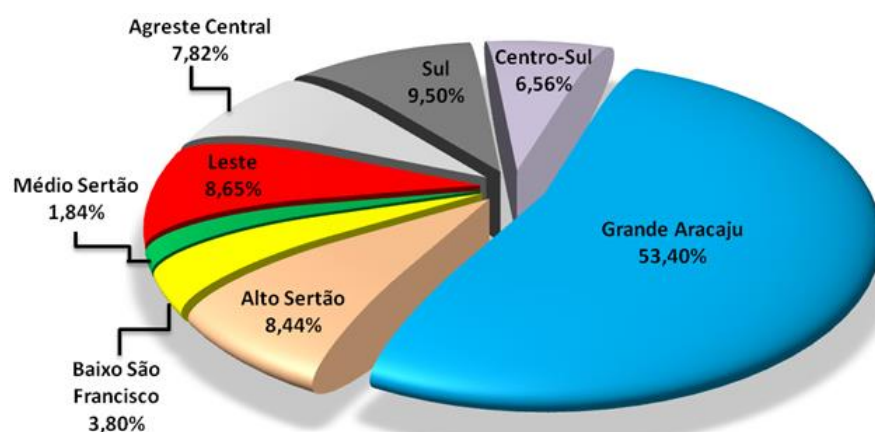


Gráfico 1: Composição Territorial do PIB Sergipano, 2012

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do IBGE

O Valor Adicionado da Agropecuária representa 7,23% de todo o produto agropecuário, perfazendo a menor parcela dentre todos os territórios. O Valor Adicionado da Indústria representa 0,8% de todo o produto industrial sergipano, sendo também o menor do estado. O Valor Adicionado dos Serviços representa 2,13% de todo o produto dos serviços sergipano, sendo considerado, também, o menor dentre os territórios sergipanos.

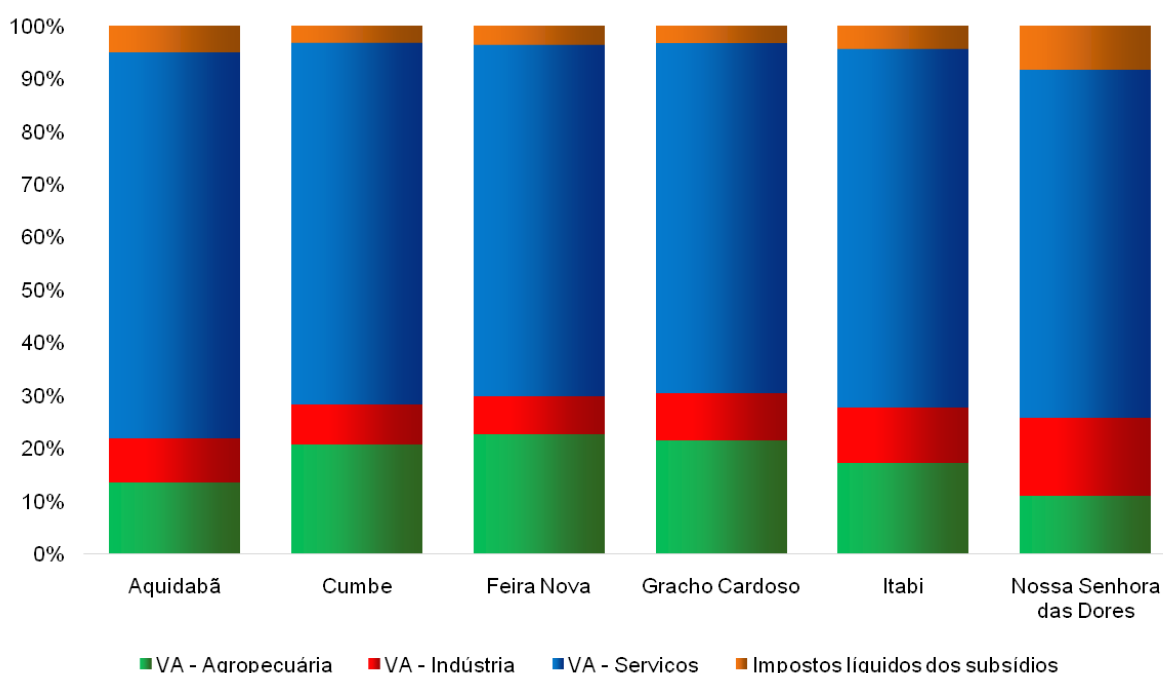


Gráfico 2: Composição setorial do PIB, Municípios do Médio Sertão, 2012

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do IBGE

Conforme mostra o gráfico 2, os municípios do Médio Sertão possuem predominância dos serviços na composição do PIB. Nesse particular, 68,31% da economia do território provém do setor de serviços. Essa concentração nos serviços é maior do que em Sergipe (58,99%). Por outro lado, isso reflete a fraca indústria desse território, que representa apenas 11,73% de sua economia e somente 0,8% de tudo que é produzido pela indústria sergipana.

Entre 2002 e 2012, o Brasil cresceu em média 3,55% ao ano; o Nordeste, 4,01% a.a.; Sergipe, 3,45% a.a., e o Médio Sertão, 5,16% ao ano.

Dentre oito territórios sergipanos, o resultado do Médio Sertão só não foi melhor do que o do Leste. As taxas de crescimento variaram entre 3,3% a.a. em Itabi e 6,37% a.a. em Nossa Senhora das Dores. Cabe destacar que, nesse período, apenas Itabi cresceu menos do que Sergipe.

Entre 2002 e 2012, o crescimento de Sergipe seguiu, de forma geral, a tendência do Nordeste e do Brasil, embora tenha apresentado uma expansão menor que estes. Cabe destacar que a retração do PIB sergipano em 2009 (reflexo da Grande Recessão) foi muito maior do que no Brasil; ao passo que no Nordeste houve expansão do crescimento, embora em ritmo desacelerado.

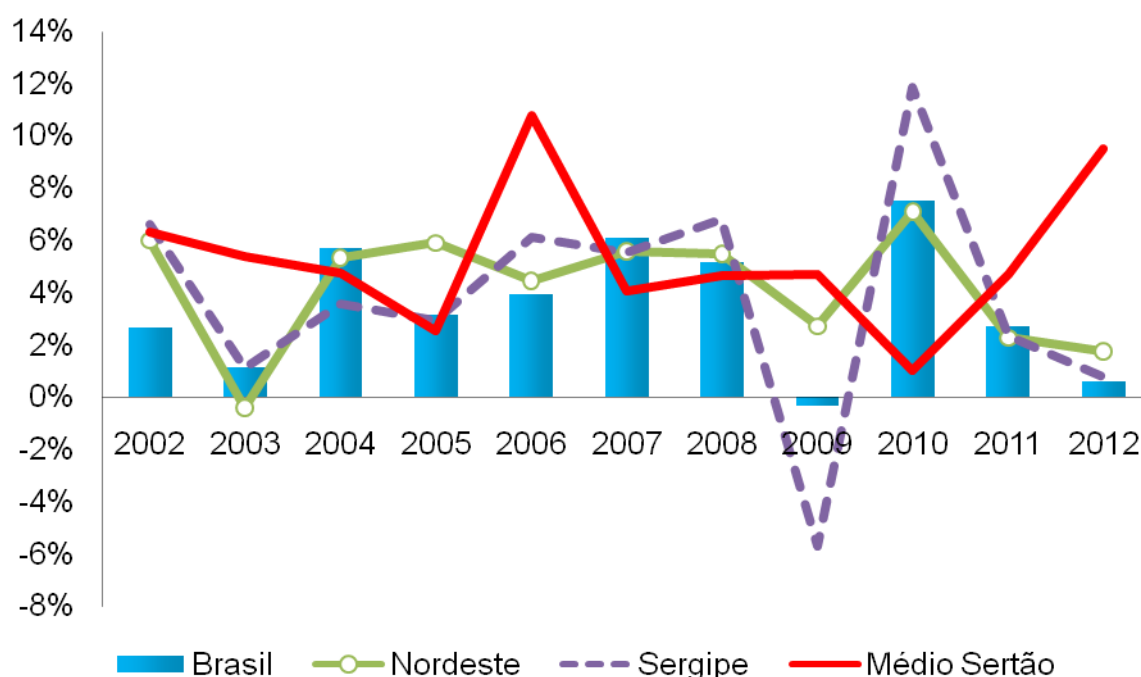


Gráfico 3: Variação anual do PIB, em termos reais, 2002-2012 (%)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE

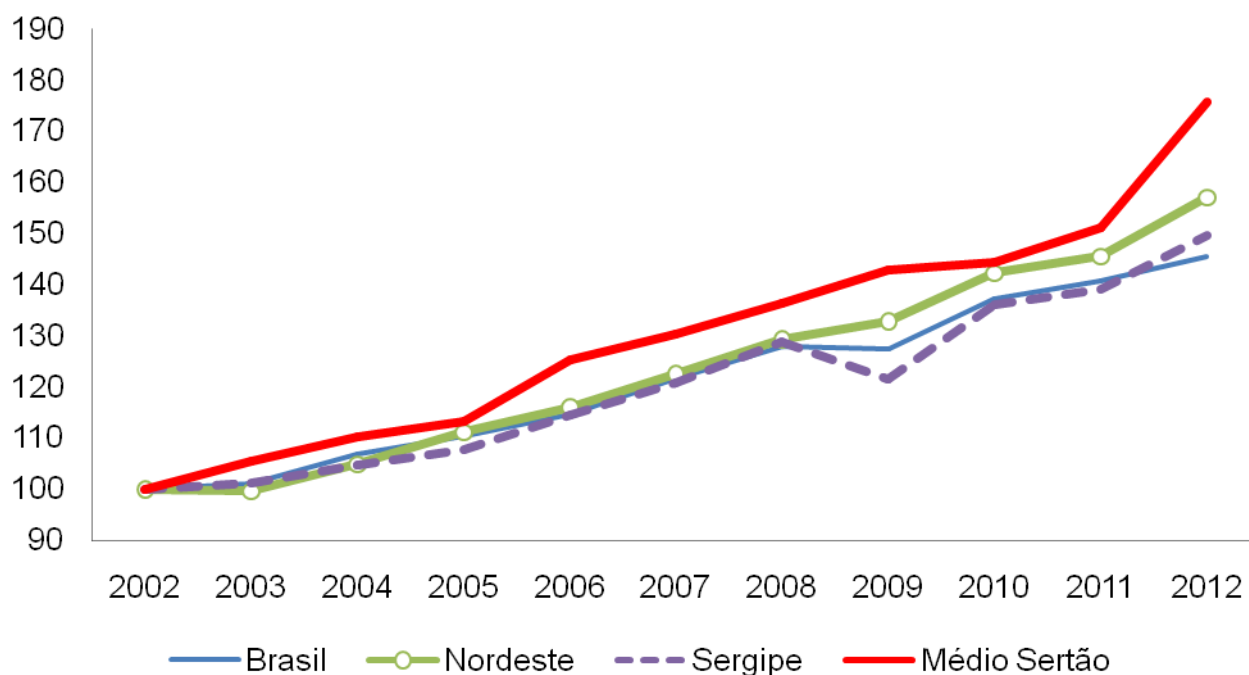


Gráfico 4: Índice do PIB real (2002=100)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE

O resultado do forte desempenho da economia do Médio Sertão está relacionado à expansão generalizada dos setores econômicos. Apesar de não ser expressiva em termos absolutos, cabe destacar a expansão da indústria do Médio Sertão, que registrou um crescimento de 8,79% ao ano, o que fez com que esse setor ganhasse 3,2 pontos percentuais de participação no PIB, passando de 7,93%, em 2002, para 11,13%, em 2012.

Sumariamente, percebe-se que o Médio Sertão é uma economia pouco expressiva, mas que vem ganhando destaque pelo forte crescimento econômico recente.

No que diz respeito ao emprego formal, verifica-se, por meio de um corte transversal, que, em 2013, o Médio Sertão concentrava apenas 1,97% do total de vínculos ativos sergipanos. No entanto, esse percentual em 2002

era ainda menor (1,21%), o que significa que o território expandiu mais o emprego do que a média de Sergipe, implicando ganho de posição relativa.

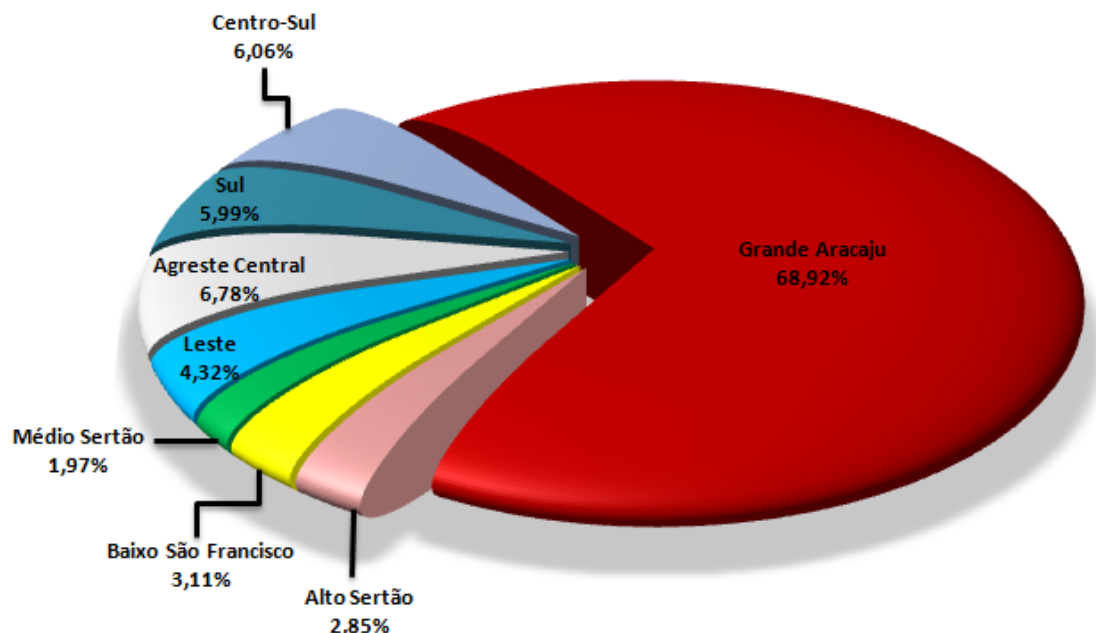


Gráfico 5: Composição Territorial do Emprego Formal Sergipano, 2013

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

Entre 2002 e 2013, o emprego formal cresceu, no Médio Sertão, 176,67%. Nesse período, o emprego formal no Brasil cresceu em média 4,98% ao ano; no Nordeste, 5,68% a.a.; em Sergipe, 4,92% a.a., e no Médio Sertão, 9,69% ao ano. O resultado do Médio Sertão foi o melhor dentre os 8 territórios sergipanos. As taxas de crescimento foram de 1,57% a.a. em Cumbe a 23,92% a.a. em Gracho Cardoso. Importante destacar que, segundo o próprio Ministério do Trabalho (MTE), a omissão de dados da RAIS é frequente em municípios de pequeno porte, o que significa dizer que boa parte desse crescimento do emprego formal pode ter sido em razão do maior grau de informatização e de conhecimento para envio dos dados do emprego formal ao MTE e não necessariamente à plena expansão do emprego ou da formalização do trabalho.

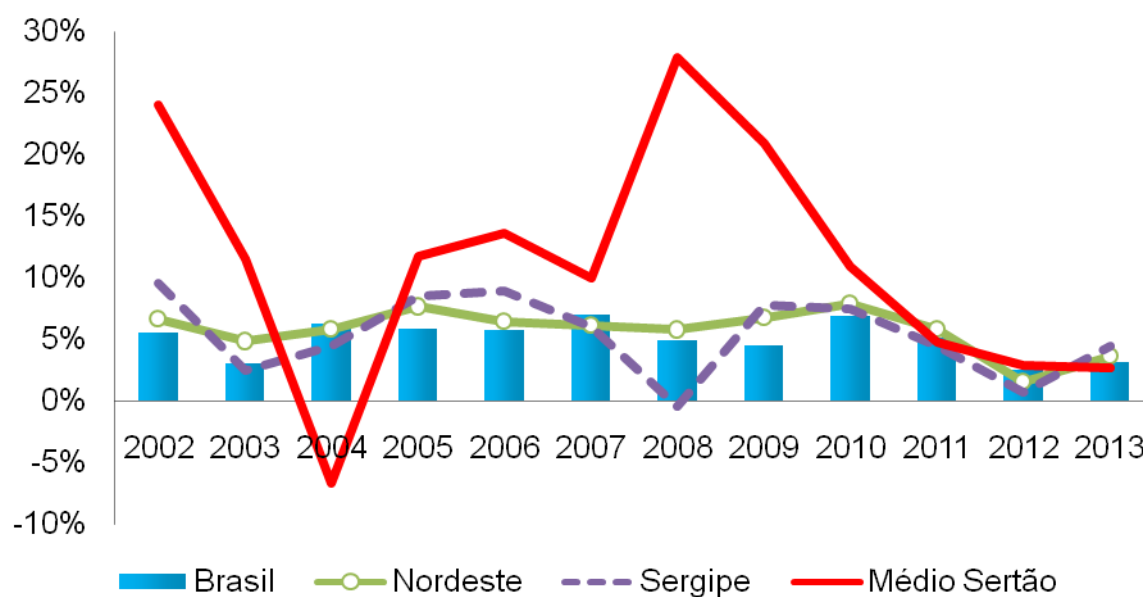


Gráfico 6: Variação anual do emprego formal, 2002-2013 (%)

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

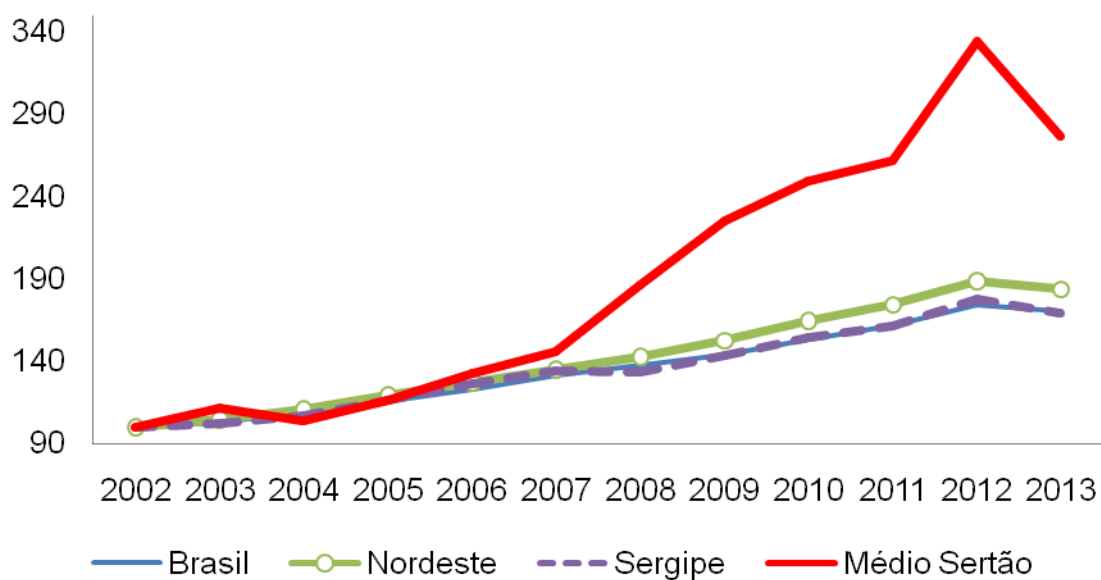


Gráfico 7: Índice do emprego formal (2002=100)

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

Em 2013, segundo os dados da RAIS, o Médio Sertão possuía 7.993 trabalhadores formais, distribuídos conforme o gráfico 8.

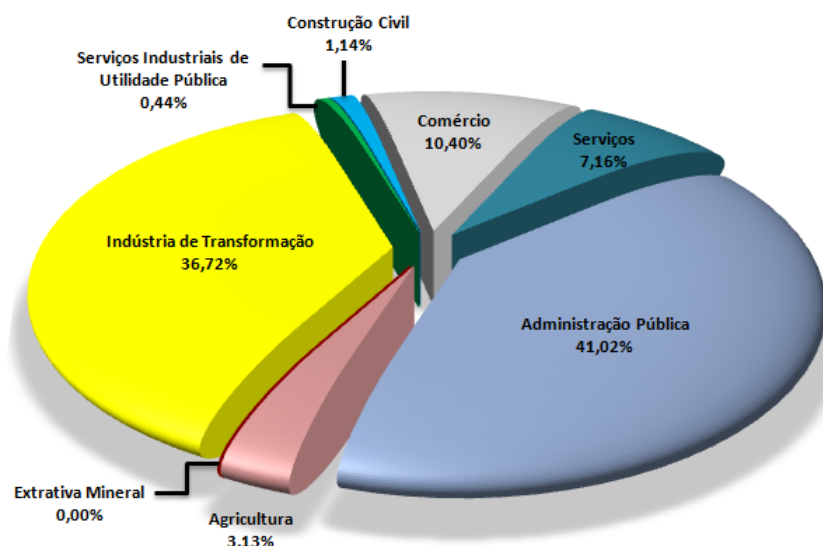


Gráfico 8: Composição do Emprego Formal por Setor, por participação (%) no total de vínculos ativos no Médio Sertão – 2013

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

De modo geral, o mercado de trabalho no Leste é formado principalmente por trabalhadores: quanto à idade, entre 30 e 39 anos; quanto à faixa salarial, entre 1,01 e 3 salários mínimos; quanto à escolaridade, que possuem ensino médio completo; quanto ao gênero, homens; quanto à natureza jurídica do seu vínculo, que trabalham em empresa privada.

4 ASPECTOS ECONÔMICOS

Os aspectos econômicos compreenderão: o PIB e sua variação em termos reais; o PIB per capita; os Arranjos Produtivos Locais (APL), em que foi considerada somente a Confecção de Peças do Vestuário e de Roupas Íntimas e o Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios¹, quantificada pelos vínculos ativos; as finanças públicas e o empreendedorismo.

4.1 Produto

O Produto, exclusivamente para fins desse estudo, será obtido por meio da variável PIB e da sua variação real anual. Nesse contexto, será considerado não só o valor do PIB, mas também a sua evolução nos últimos anos.

4.1.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Sob a ótica do produto, o PIB pode ser considerado como o valor total dos bens e serviços finais produzidos no país num determinado período de tempo (Paulani, 2007).

De acordo com o macroeconomista Mankiw (2011), o PIB é amplamente aceito como o melhor indicador para avaliar uma economia.

¹ O Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (Sedetec) identificou no Médio Sertão os seguintes APLs: piscicultura e petróleo e gás natural. Tendo em vista os dados oficiais disponíveis, foram utilizados apenas os dados do emprego formal. Quanto ao APL da piscicultura, não dispomos de dados acerca da produção nem do mercado de trabalho formal ou informal.

Tabela 01: Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes, nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2012

Município	Produto Interno Bruto (PIB)
Aquidabã	R\$ 142.671.105,00
Cumbe	R\$ 29.635.909,00
Feira Nova	R\$ 42.331.158,00
Gracho Cardoso	R\$ 41.017.621,00
Itabi	R\$ 38.640.205,00
Nossa Senhora das Dores	R\$ 217.584.931,00

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do IBGE

4.1.2 Variação Real Anual do Produto Interno Bruto (PIB)

O crescimento econômico pode ser definido como o crescimento do produto *per capita* ao longo do tempo (Paulani, 2007). Para este estudo, foi empregada a taxa média de crescimento anual no período compreendido entre 2002 e 2012. Para tanto, foi considerado o PIB anual a preços constantes de 2012, corrigidos pelo deflator implícito do PIB.

Tabela 02: Variação real anual do Produto Interno Bruto (PIB)*, nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2002-2012

Município	Variação real anual do Produto Interno Bruto (PIB)
Aquidabã	4,40%
Cumbe	5,14%
Feira Nova	4,47%
Gracho Cardoso	4,65%
Itabi	3,30%
Nossa Senhora das Dores	6,37%

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do IBGE

* A preços de 2012, corrigidos pelo deflator implícito do PIB

4.2 Produto Interno Bruto *per Capita* (PIB *per Capita*)

O PIB *per capita* representa o quociente entre o valor do PIB da localidade e a sua população residente. É nesse particular que cabe destacar que nem toda a renda gerada no município é apropriada pela sua população residente, pois a geração de renda e o valor despendido pela população em bens e serviços, não são, necessariamente, realizadas dentro do mesmo município (BRASIL, 2012).

Segundo Paulani (2007), o PIB *per Capita* se apresenta como um indicador qualitativamente superior ao PIB quando a intenção é avaliar o desenvolvimento econômico, embora não represente efetivamente a real distribuição de renda de uma economia.

Tabela 03: Produto Interno Bruto per Capita (PIB *per Capita*) nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2012

Município	PIB <i>per Capita</i>
Aquidabã	R\$ 5.738,95
Cumbe	R\$ 6.293,39
Feira Nova	R\$ 6.591,25
Gracho Cardoso	R\$ 6.230,18
Itabi	R\$ 6.308,02
Nossa Senhora das Dores	R\$ 6.318,59

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do IBGE

4.3 Arranjos Produtivos Locais (APL)

O conceito de Arranjos Produtivos Locais (APL) concebido pela rede de pesquisa Redesist é o de que “são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de

atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento” (Cassiolato e Lastres, 2003, p.5).

A Lei 11.892/08, que criou os Institutos Federais, em seu artigo 6º, inciso III, dispõe que a oferta formativa deve buscar o “fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal” (Brasil, 2008). É nessa perspectiva que o estudo integra essa variável para enfatizar as cadeias produtivas e as vocações produtivas locais para além dos indicadores socioeconômicos convencionais.

4.3.1 Confecção de Peças do Vestuário e de Roupas Íntimas

Os dados desta pesquisa contemplam os vínculos ativos em 31 de dezembro de 2013.

Tabela 04: Vínculos Ativos da Confecção de Peças do Vestuário e da Confecção de Roupas Íntimas – 2013

Município	Vínculos Ativos
Aquidabã	0
Cumbe	0
Feira Nova	0
Gracho Cardoso	0
Itabi	0

Nossa Senhora das Dores 31

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

4.3.2 Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios

Os dados deste estudo contemplam os vínculos ativos em 31 de dezembro de 2013.

Tabela 05: Vínculos Ativos do Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios – 2013

Município	Vínculos Ativos
Aquidabã	43
Cumbe	0
Feira Nova	0
Gracho Cardoso	0
Itabi	7
Nossa Senhora das Dores	44

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

4.4 Finanças Públicas

Para as Finanças Públicas, este estudo emprega o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), que é obtido a partir de cinco indicadores: Receita Própria, Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida. O índice varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município para o referido ano. Cabe ressaltar que os dados considerados são aqueles informados pelos municípios e consolidados e disponibilizados pela Secretaria de Tesouro Nacional (STN).

Por meio do IFGF, é possível identificar o grau de dependência dos municípios no que se refere às transferências intergovernamentais; a gestão das despesas correntes, sobretudo no que diz respeito aos gastos com pessoal e encargos da dívida, pois uma rigidez orçamentária em virtude do seu elevado peso no orçamento pode comprometer os recursos programados para execução das políticas públicas, em especial os investimentos, uma vez que escolas e hospitais bem estruturados, ruas pavimentadas e iluminadas, transporte público eficiente, aumentam o bem-estar da população e a produtividade do trabalhador; a disponibilidade de ativos financeiros, uma vez que a postergação de despesas via inscrição em restos a pagar pode prejudicar a execução das políticas públicas; e o comprometimento do orçamento municipal com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores (FIRJAN, 2014).

Para Musgrave (1980), a alocação de recursos públicos, por meio de uma eficiente política orçamentária, é essencial para a busca do bem-estar social.

É nesse sentido que este estudo considera o IFGF como forma de verificar a capacidade da gestão fiscal municipal na alocação dos recursos, levando em consideração suas restrições orçamentárias e financeiras. Os dados desta pesquisa revelam o IFGF para o ano de 2011.

Tabela 06: Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2011

Município	Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF)
Aquidabã	0,0966
Cumbe	0,2492
Feira Nova	0,3163
Gracho Cardoso	0,3129
Itabi	0,4431

Nossa Senhora das Dores 0,2665

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da FIRJAN

4.5 Empreendedorismo

Schumpeter, citado por Bom Ângelo (2003, p.37) afirma que o empreendedorismo é “a máquina propulsora do desenvolvimento da economia”.

O empreendedor introduz novos produtos no mercado, mudanças tecnológicas e mudanças nos processos produtivos, contribuindo para o crescimento econômico (Acs & Audretsch, 1990 *apud* FONTENELE *et al.* 2011).

“Quando indivíduos são capazes de reconhecer as oportunidades de negócios no ambiente em que atuam e de perceber que possuem capacidade para explorá-las, toda a sociedade é beneficiada, seja com o aumento da criação de ocupações, seja com o aumento da riqueza do país e sua distribuição” (GEM ,2013, p.13).

A pesquisa GEM, referência mundial em estudos de empreendedorismo, estende o conceito de empreendedor, mais do que o empreendimento em si, ao considerar empreendedor qualquer ação empreendedora individual para a abertura de uma nova atividade econômica, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente. Quanto à motivação, pode-se dizer que os empreendedores podem ser por necessidade ou por oportunidade. Os empreendedores por necessidade são aqueles que iniciam um novo negócio a fim de gerar renda para si e suas famílias, por não avistarem melhores oportunidades de trabalho. Os empreendedores por oportunidade são aqueles que optam por iniciar um empreendimento autônomo mesmo quando possuem alternativas de

emprego e renda, ou ainda, quando tem por finalidade o aumento da sua renda pelo anseio de independência no trabalho. Cabe destacar que economias mais dinâmicas, ainda que com grande potencial de geração de empregos formais, tendem a promover o empreendedorismo por oportunidade frente ao de necessidade (GEM ,2013).

A doutrina econômica demonstra uma intrincada relação entre desemprego e empreendedorismo. Por um lado, uma vertente da literatura identificou que o desemprego estimula a atividade empreendedora, fato que está fortemente relacionado ao empreendedorismo por necessidade, gerando o que é chamado de “efeito refugiado”. De outro lado, a literatura revelou que níveis mais elevados de empreendedorismo reduzem o desemprego, ou o que foi denominado como “efeito Schumpeter”. Há diferenças nos resultados para países ricos e pobres, bem como para análises setoriais e regionais (FONTENELE *et al.* 2011).

Depreende-se dos microeconomistas Pindyck e Rubinfeld (2010) que lucro é o retorno empresarial sobre o investimento. Varian (2006) define lucro como a diferença entre receitas e custos.

Sendo assim, este estudo considera que a variável lucro do empreendedor representa o sucesso do empreendimento, contribuindo para a criação de postos de trabalho e para o incremento das taxas de crescimento econômico.

Tabela 07: Lucro Médio dos Empreendedores nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2010

Município	Lucro Médio dos Empreendedores
Aquidabã	R\$ 1.008,11
Cumbe	R\$ 874,75
Feira Nova	R\$ 1.149,54
Gracho Cardoso	R\$ 1.074,45

Itabi	R\$ 854,96
Nossa Senhora das Dores	R\$ 1.082,61

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do Censo/IBGE

5 ASPECTOS SOCIAIS

Para os aspectos sociais, estão consideradas as seguintes variáveis: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), população total, população jovem, Índice de Gini e o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Saúde (IFDM – Saúde).

5.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelas Nações Unidas, é o principal indicador de qualidade de vida (Paulani, 2007), que compreende indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Em nível municipal, é utilizado no Brasil um ajuste metodológico do IDH chamado de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (PNUD, 2010) como forma mais adequada de avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. O IDHM varia entre 0 e 1, classificando os municípios em cinco grupos: muito baixo desenvolvimento humano (0 a 0,499); baixo desenvolvimento (0,500 a 0,599); médio desenvolvimento (0,600 a 0,699); alto desenvolvimento (0,700 a 0,799); e muito alto desenvolvimento humano (0,800 a 1,0) (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro, 2013).

Tabela 08: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2010

Município	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)
Aquidabã	0,578
Cumbe	0,604
Feira Nova	0,584

Gracho Cardoso	0,577
Itabi	0,602
Nossa Senhora das Dores	0,600

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do PNUD

5.2 População Total

Para Mincer (2010), a população é o determinante definitivo da oferta de mão de obra, embora considere a qualidade um importante componente.

Froyen (1999) destaca que o nível de produção e emprego tem a população como um dos seus principais determinantes.

Os dados desta pesquisa revelam a população total contabilizada no Censo de 2010.

Tabela 09: População Total nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2010

Município	População Total
Aquidabã	20.056
Cumbe	3.813
Feira Nova	5.324
Gracho Cardoso	5.645
Itabi	4.972
Nossa Senhora das Dores	24.580

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do Censo/IBGE

5.3 População Jovem

Segundo a classificação do IBGE, população jovem é o segmento populacional entre 15 e 24 anos de idade. As pessoas nesta faixa já teriam condição de ter concluído ao menos o curso fundamental. Ademais, os jovens nesta faixa etária pressionam, de forma efetiva, a economia para a criação de novos postos de trabalho (BRASIL, 1999). Segundo Mincer (1975), uma população robusta de jovens exige maiores investimentos em

educação. Ainda de acordo com Mincer, um dos principais efeitos do crescimento econômico é a expansão dos incentivos aos investimentos privados e sociais na educação dos jovens, que por sua vez optam pelo estudo em vez de adentrar ao mercado de trabalho. Especialmente por essas razões, espera-se que sejam potenciais demandantes de cursos que podem ser oferecidos pelo IFS.

Os dados desta pesquisa revelam a população de jovens contabilizada no Censo de 2010.

Tabela 10: População Jovem nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2010

Município	População Jovem
Aquidabã	3.855
Cumbe	719
Feira Nova	1.036
Gracho Cardoso	1.043
Itabi	897
Nossa Senhora das Dores	4.818

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do Censo/IBGE

5.4 Índice de Gini

O Índice de Gini é usado para medir o grau de concentração da renda. Esse índice varia de zero a um, ou de zero a cem. Quanto mais próximo de um ou de cem, pior será a concentração da renda (Paulani, 2007).

Ainda segundo Paulani (2007), é importante avaliar o perfil de distribuição da renda, pois uma economia pode ser rica e ter boas taxas de crescimento, mas apresentando padrões inaceitáveis de desigualdade onde grande parte da população não apresenta condições mínimas de subsistência. Se o crescimento econômico ocorrer com grandes

concentrações de renda, a maior parte da população não será beneficiada com a elevação da renda na economia.

Celso Furtado, ao ser citado por Hoffman (2001), demonstra em seu livro *Um projeto para o Brasil*, que a elevada desigualdade da distribuição da renda no país forma uma demanda global que inibe o crescimento econômico, uma vez que a concentração da renda favorece o subemprego de fatores, típico das economias subdesenvolvidas. É nesse particular que Celso Furtado já afirmava que o maior obstáculo para o desenvolvimento do país era a concentração de renda.

Tabela 11: Índice de Gini nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2010

Município	Índice de Gini
Aquidabã	0,54
Cumbe	0,49
Feira Nova	0,47
Gracho Cardoso	0,56
Itabi	0,47
Nossa Senhora das Dores	0,51

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do PNUD

5.5 Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Saúde (IFDM – Saúde)

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Saúde (IFDM – Saúde) é obtido a partir de três variáveis: número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas e óbitos infantis por causas evitáveis. O índice varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o acesso a condições básicas de saúde. Cabe ressaltar que os dados considerados são aqueles disponibilizados pelo Ministério da Saúde (FIRJAN, 2014).

Tabela 12: IFDM – Saúde nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2011

Município	IFDM – Saúde
Aquidabã	0,4573
Cumbe	0,7499
Feira Nova	0,7463
Gracho Cardoso	0,7188
Itabi	0,4470
Nossa Senhora das Dores	0,7449

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da FIRJAN

6 ASPECTOS EDUCACIONAIS

A educação é uma variável presente em grande parte dos modelos de crescimento econômico (Paulani, 2007). Considerando o fato de que o aumento da escolaridade é uma estratégia que condiciona um crescimento econômico com menor desigualdade (Hoffman, 2001), para estes aspectos, serão utilizadas as seguintes variáveis: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Educação (IFDM – Educação), matrículas do ensino fundamental e matrículas do ensino médio.

O IFDM aponta para um critério mais qualitativo, que reflete de forma geral, maior capacidade de expressar a qualidade da educação e o acesso da população ao ensino. As matrículas dos ensinos fundamental e médio, em uma análise qualitativa, deveriam ser analisadas como proporção da faixa etária relevante. Contudo, este estudo considera os valores absolutos como forma de verificar uma possível demanda desses alunos nas diferentes modalidades de ensino oferecidas pelo IFS, que, por sua vez, recebe discentes que completaram o ensino fundamental bem como aqueles que concluíram o ensino médio.

6.1 Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Educação (IFDM – Educação)

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Educação (IFDM – Educação) é obtido a partir de seis variáveis: taxa de matrícula na educação infantil, taxa de abandono, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com ensino superior, médias de horas-aula diárias, e do resultado do IDEB. Cabe destacar que os dados considerados são aqueles disponibilizados pelo Ministério da Educação (FIRJAN, 2014).

Tabela 13: IFDM – Educação, nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2011

Município	IFDM - Educação
Aquidabã	0,5347
Cumbe	0,6331
Feira Nova	0,5417
Gracho Cardoso	0,6114
Itabi	0,7467
Nossa Senhora das Dores	0,5879

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da FIRJAN

6.2 Matrículas do Ensino Fundamental

Os dados desta pesquisa contemplam as matrículas do ensino fundamental para o ano de 2014.

Tabela 14: Matrículas do Ensino Fundamental nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2014

Município	Matrículas do Ensino Fundamental
Aquidabã	3.748
Cumbe	372
Feira Nova	1.104
Gracho Cardoso	882
Itabi	837
Nossa Senhora das Dores	4.911

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do INEP

6.3 Matrículas do Ensino Médio

Os dados deste estudo revelam as matrículas do ensino médio no ano de 2014.

Tabela 15: Matrículas do Ensino Médio nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2012

Município	Matrículas do Ensino Médio
Aquidabã	877
Cumbe	156
Feira Nova	216
Gracho Cardoso	229
Itabi	201
Nossa Senhora das Dores	953

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do INEP

7 MERCADO DE TRABALHO

Esta sessão considerará as informações acerca do mercado de trabalho formal oriundas das bases de dados disponíveis no Ministério do Trabalho (MTE), relativa às informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

A RAIS tem periodicidade anual, abrangendo os vínculos estatutários, celetistas, temporários e avulsos, sendo de grande valia para análises estruturais do mercado de trabalho, a exemplo desse estudo.

Importante destacar que, segundo o próprio Ministério do Trabalho (MTE), a omissão é frequente em municípios de pequeno porte. Em alguns setores, percebem-se informações qualitativamente mais comprometidas que em outros, como por exemplo a Agricultura, a Administração Pública e a Construção Civil (BRASIL,2010). Esta pesquisa optou pelos registros junto aos estabelecimentos, mesmo sabendo que, conforme afirma Mankiw (2011), esse registro não leva em consideração as pessoas que operam o seu próprio negócio, que são consideradas autoempregadas nas pesquisas realizadas junto aos domicílios. Para o caso americano, especialistas de mercado de trabalho defendem os registros realizados junto aos estabelecimentos como sendo a forma mais precisa; outros defendem uma média entre os registros e as pesquisas.

Para o mercado de trabalho, foram utilizadas as seguintes variáveis: vínculos ativos, geração de empregos, salário médio e número de estabelecimentos.

7.1 Vínculos Ativos

Vínculos Ativos, conforme apurado pela RAIS, são as relações de emprego, estabelecidas por meio de trabalho remunerado. São consideradas como vínculos ativos as relações de trabalho dos celetistas, dos estatutários, dos trabalhadores regidos por contratos temporários, por prazo determinado, e dos empregados avulsos, quando contratados por sindicatos.

Cabe ressaltar que o número de vínculos ativos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego (BRASIL, 2010). Os dados desta pesquisa revelam os Vínculos Ativos em 31 de dezembro de 2013.

Tabela 16: Vínculos Ativos nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2013

Município	Vínculos Ativos
Aquidabã	1.623
Cumbe	299
Feira Nova	422
Gracho Cardoso	402
Itabi	388
Nossa Senhora das Dores	4.859

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

7.2 Geração de Empregos

Refere-se ao saldo líquido entre admitidos e desligados dos trabalhadores celetistas, a partir de dados extraídos do CAGED, revelando aspectos conjunturais do mercado de trabalho (BRASIL, 2010). Os dados desta pesquisa revelam a geração de empregos líquidos entre janeiro de 2011 e dezembro de 2014.

Tabela 17: Geração Líquida de Empregos nos Municípios do Médio Sertão Sergipano, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2014

Município	Geração de Empregos
Aquidabã	+60
Cumbe	+14
Feira Nova	0
Gracho Cardoso	-12
Itabi	+41
Nossa Senhora das Dores	+774

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados do CAGED/MTE

7.3 Salário Médio

Refere-se à remuneração média, que é definida como a média aritmética das remunerações individuais mensais, no período vigente do ano de referência. Integram essa remuneração os salários, ordenados, vencimentos, honorários, vantagens, adicionais, gratificações, etc. Está excluída a remuneração do 13º salário (BRASIL, 2010).

Tem influência direta no poder aquisitivo da população e, consequentemente, na intenção de consumo das famílias. De acordo com Mincer (1975), mercado de trabalho com salários mais altos atrai pessoas cujas atividades são externas ao mercado (trabalhos caseiros e setores de subsistência), além de atrair mão de obra de outras regiões. Os dados desta pesquisa revelam o salário médio em 2013.

Tabela 18: Salário Médio nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2013

Município	Salário Médio
Aquidabã	R\$ 1.235,23
Cumbe	R\$ 1.299,85
Feira Nova	R\$ 1.343,47

Gracho Cardoso	R\$ 1.231,20
Itabi	R\$ 1.360,36
Nossa Senhora das Dores	R\$ 1.122,85
Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS	

7.4 Número de Estabelecimentos

Estabelecimentos, conforme registrados na RAIS, são unidades de cada empresa separadas espacialmente, ou seja, com endereços distintos. Vale ressaltar que as diversas linhas de produção de uma mesma empresa são consideradas em um único estabelecimento, desde que situadas no mesmo prédio (BRASIL, 2010). Os dados desta pesquisa revelam o número de estabelecimentos em 31 de dezembro de 2013.

Tabela 19: Número de Estabelecimentos nos Municípios do Médio Sertão Sergipano – 2013

Município	Número de Estabelecimentos
Aquidabã	148
Cumbe	47
Feira Nova	41
Gracho Cardoso	30
Itabi	24
Nossa Senhora das Dores	295

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

8 INDICADORES DAS VARIÁVEIS

Decompondo a fórmula apresentada na metodologia, fica demonstrada a atuação de cada variável isoladamente. Nesse sentido, esta seção evidencia cada indicador de forma isolada, permitindo uma comparação visual individualizada de cada município do Médio Sertão sergipano. É importante ressaltar que os indicadores das variáveis são essencialmente comparativos entre os municípios integrantes do seu território.

Foi utilizada uma escala de 0 a 10 da seguinte forma:

Tabela 20: Legenda dos Indicadores

Valores e qualidades dos indicadores	Indicador	Qualidade
0 - 5		Muito Baixo
5 7		Baixo
7 8		Moderado
8 9		Alto
9 10		Muito Alto

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC

Tabela 21: Indicadores das Variáveis dos Municípios do Médio Sertão

Variável	Aquidabã	Cumbe	Feira Nova	Gracho Cardoso	Itabi	Nossa Senhora das Dores
Produto Interno Bruto (PIB)						
Variação Real Anual do Produto Interno Bruto (PIB)						
Produto Interno Bruto <i>per Capita</i>						
Confecção de Peças do Vestuário e de Roupas Íntimas						
Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios						
Finanças Públicas						
Empreendedorismo						
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)						
População Total						
População Jovem						
Índice de Gini						
Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Saúde (IFDM – Saúde)						
Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – Educação (IFDM – Educação)						
Matrículas do Ensino Fundamental						
Matrículas do Ensino Médio						

Tabela 21: Indicadores das Variáveis dos Municípios do Médio Sertão

Variável	Aquidabã	Cumbe	Feira Nova	Gracho Cardoso	Itabi	Nossa Senhora das Dores
Vínculos Ativos						
Geração de Empregos						
Salário Médio						
Número de Estabelecimentos						

Legenda:  Muito Alto;  Alto;  Moderado;  Baixo;  Muito Baixo

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir de dados da RAIS

9 RESULTADO GERAL

A partir da utilização do nível de agregação que apresenta a comparação dos aspectos econômicos, sociais, educacionais e do mercado de trabalho, obtém-se o seguinte resultado:

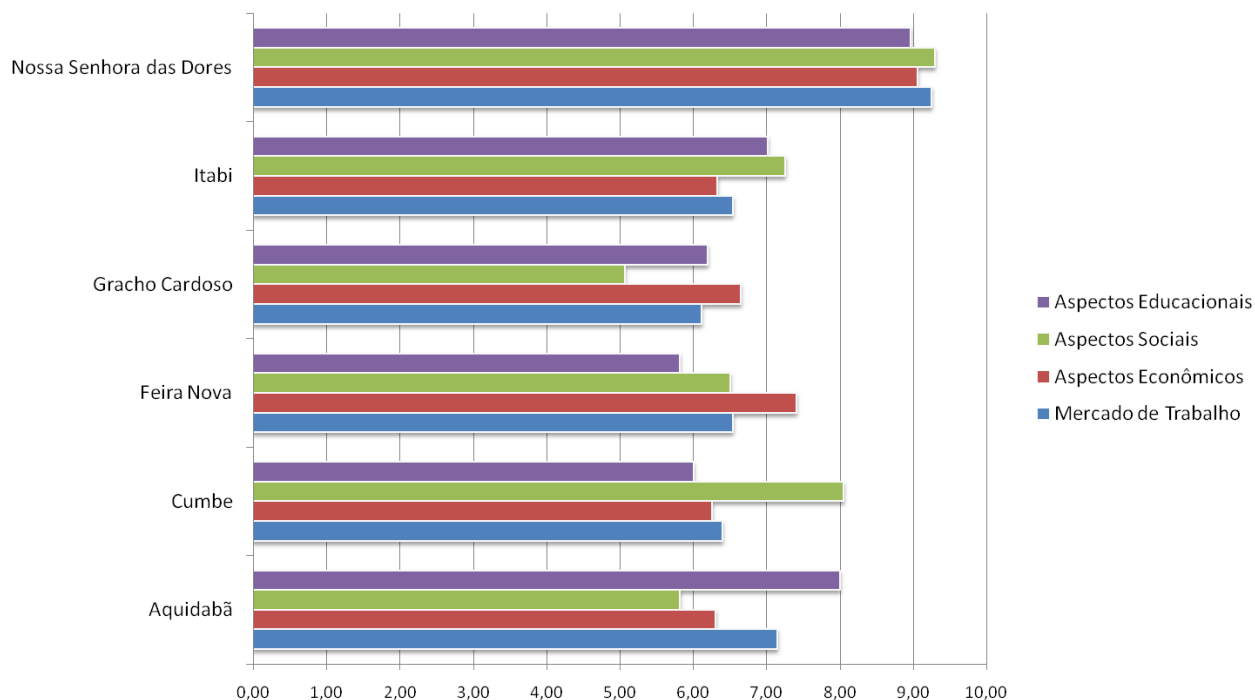


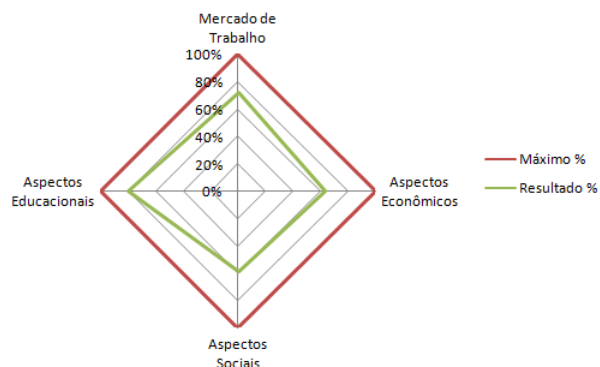
Gráfico 9: Visão Geral dos Aspectos Definidores dos Municípios do Médio Sertão

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir dos resultados do estudo

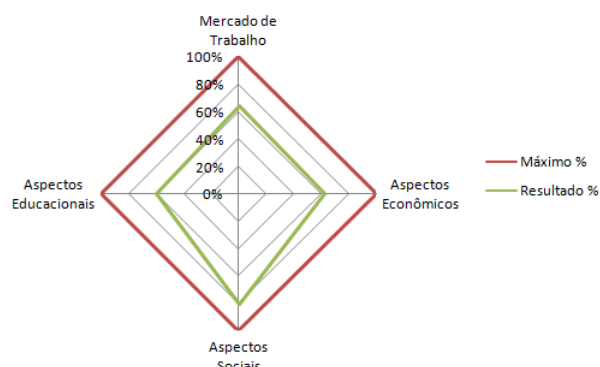
Esses resultados podem ser vistos também por meio dos gráficos de radar, expostos na figura 3.

Figura 3: Radar dos Aspectos Definidores dos Municípios do Médio Sertão

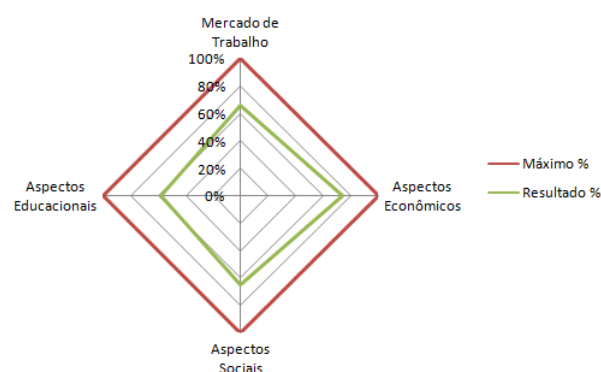
Aquidabã



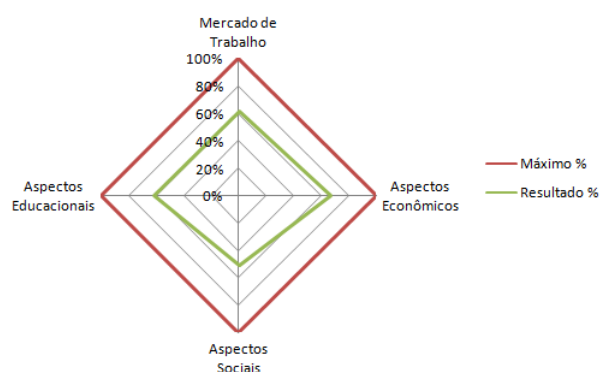
Cumbe



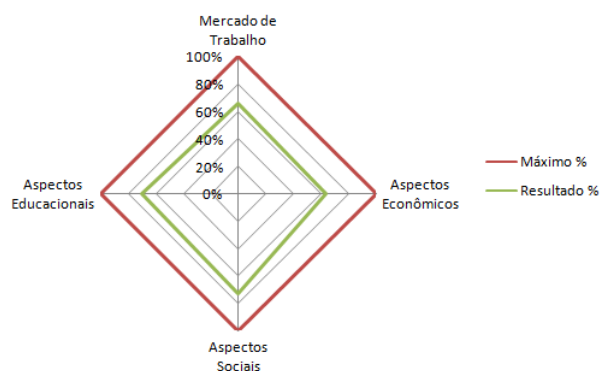
Feira Nova



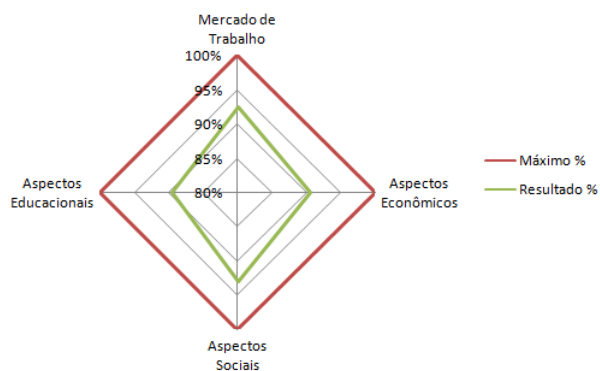
Gracho Cardoso



Itabi



Nossa Senhora das Dores



Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir dos resultados do estudo

Com a compilação desses resultados por meio da aplicação integral da fórmula apresentada na metodologia, é obtido o resultado que aponta, em ordem de classificação, os municípios do Médio Sertão quanto à sua capacidade de sediar o IFS.

Tabela 22: Classificação Geral dos Municípios do Médio Sertão Quanto à Capacidade de Sediar o IFS

Posição	Município	Indicador
1º	Nossa Senhora das Dores	
2º	Aquidabã	
3º	Feira Nova	
4º	Itabi	
5º	Cumbe	
6º	Gracho Cardoso	

Legenda:  Muito Alto;  Alto;  Moderado;  Baixo  Muito Baixo

Fonte: Elaboração do IFS/NAEC, a partir dos resultados do estudo

10 CONCLUSÃO

Desconsiderando variáveis externas, ainda admitindo que existam, o modelo proposto revelou que Nossa Senhora das Dores representa, de longe, o município que reúne as melhores condições para a implementação do *Campus* do Instituto Federal de Sergipe no território do Médio Sertão Sergipano.

Alternativamente, Aquidabã se apresenta como segunda melhor opção para sediar o IFS no Médio Sertão, frente aos municípios de Feira Nova, Itabi, Cumbe e Gracho Cardoso.

É importante destacar que os resultados técnicos desta pesquisa não levam em consideração aspectos políticos, vastamente observados quando da formulação e execução das políticas públicas, que devem ser responsabilmente ponderados pelas autoridades, e que em uma sociedade democrática são de grande valor para a consecução do bem comum.

REFERÊNCIAS

BOM ÂNGELO, Eduardo. Empreendedorismo: a revolução do novo Brasil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**. São Paulo, v.1, n. 02, 2003. p. 37-49.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988, p. 1.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

_____. **População jovem no Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 55 p.

_____. **Produção Agrícola Municipal 2011**. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 97 p.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 105 p.

_____. **Registros administrativos: RAIS e CAGED**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), SPPE/DES/CGET, 2010. 17p.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. Grupo Redesist, 2003. Disponível em:

<<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P3/NTF2/Cassiolato%20e%20Lastres.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

FIRJAN. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) ano-base 2011**. Rio de Janeiro, 2014.

FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira; SOUSA, Paulo Francisco Barbosa; LIMA, Alexandre Oliveira. Empreendedorismo, Crescimento Econômico e Competitividade dos BRICS: Uma Análise Empírica a partir dos Dados do GEM e GCI. In: **Encontro da Associação Nacional de**

Programas de Pós-Graduação, ENANPAD, 35, Rio de Janeiro, Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

FROYEN, R. T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil 2012: Relatório Executivo**. IBPQ, SEBRAE, SESI-SENAI, 2013.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição da renda e crescimento econômico**. Estudos Avançados, USP - São Paulo, v. 15, n. 41, p. 67-76, 2001.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL BRASILEIRO. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. 96 p.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MINCER, Jacob. **População e força de trabalho no crescimento econômico**. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 1975.

PAULANI, Leda Maria. **A Nova Contabilidade Social: Uma Introdução à Macroeconomia** / Leda Maria Paulani, Márcio Bobik Braga. - 3. ed. rev. e atualizada. - São Paulo: Saraiva. 2007.

PINDYCK, Robert S., RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. Trad. Eleutéria Prado, Thelma Guimarães e Luciana do Amaral Teixeira. 7ª Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

PNUD. **Valores e Desenvolvimento Humano 2010** / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, 2010.

SERGIPE. **Plano de Desenvolvimento do Território do Médio Sertão Sergipano**. Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe. Aracaju: SEPLAG, 2008.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: conceitos básicos** / Hal Varian; tradução Maria José Cyhlar Monteiro e Ricardo Doninelli. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

CORPO EDITORIAL

Autor

Rodrigo Melo Gois

ISBN 978-85-68801-75-8



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS
Núcleo de Análises Econômicas – NAEC

Av. Jorge Amado, 1551 - Bairro Jardins - Aracaju - SE - CEP 49025-330